



**ICATU SEGUROS S.A.**  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

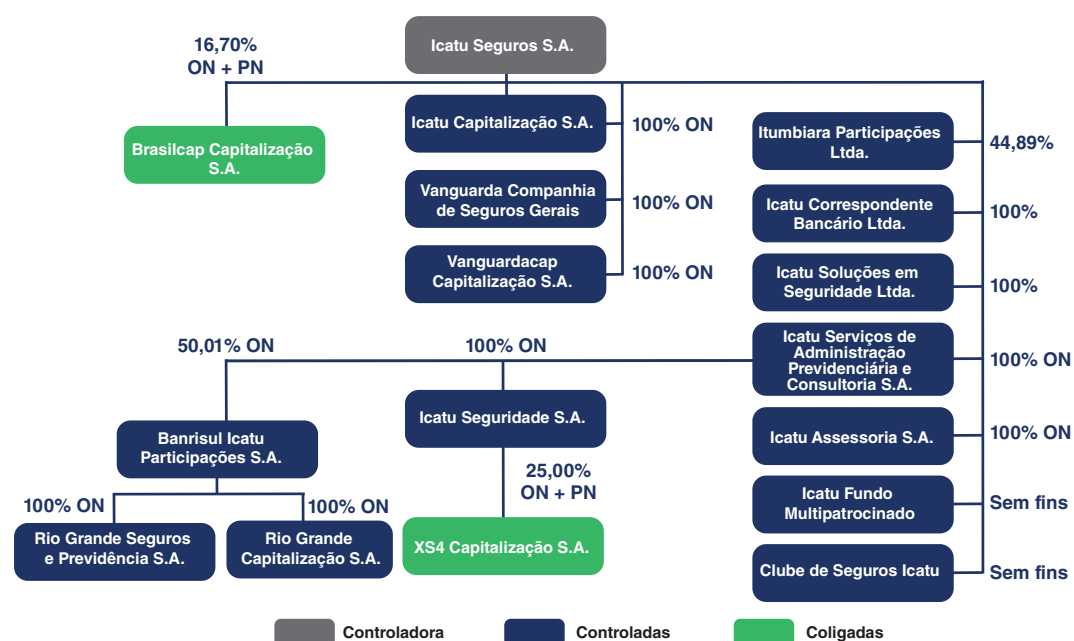
www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**Relatório da administração**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Senhores acionistas,**

**1. Contexto geral**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias. Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. suas controladas e coligadas, conforme demonstrado a seguir:



**2. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta**

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

**2.1. Operação e patrimônio**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 56.595.697 (R\$ 57.342.647 em 31 de dezembro de 2024), representando uma redução de 1,3% em relação a 2024. Essa redução deve-se, principalmente, ao pagamento de R\$ 481.747 (R\$ 375.000 em 2024) de dividendos, ao longo de 2025. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R\$ 2.048.146 (R\$ 2.008.291 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 1,9%.

**2.1.1. Seguros**

No ano de 2025, os prêmios emitidos foram de R\$ 5.286.740 (R\$ 4.290.353 em 2024) representando um aumento de 23,2% (21,2% em 2024).

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 1.735.262 no exercício de 2025 (1.467.826 em 2024). O índice de sinistralidade ficou em 36,7% em 2025 (38,9% em 2024).

Os custos de aquisição foram de R\$ 1.643.773 no ano de 2025 (R\$ 1.274.763 em 2024). O índice de comissionamento ficou em 34,8% em 2025 (33,8% em 2024).

**2.1.2. Previdência**

Em 2025, a captação líquida na linha de previdência foi negativa em R\$ 8.559.234 (negativa em R\$ 3.255.824 em 2024), sendo R\$ 9.271.652 (R\$ 3.559.585 em 2024) de valores que ingressaram na Companhia em contribuições e portabilidades de entrada, e R\$ 17.830.886 (R\$ 6.815.409 em 2024) de valores que saíram da Companhia por resgates e portabilidades de saída. Já os valores pagos em benefícios aos segurados foram de R\$ 3.723.542 em 2025 (R\$ 3.263.043 em 2024).

**2.2. Despesas administrativas**

No ano de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 696.869 (R\$ 596.294 em 2024), representando um aumento de 16,9% (aumento de 13,2% em 2024). O volume de despesas administrativas representou 14,8% dos prêmios ganhos em 2025 (15,8% em 2024). A Companhia manteve seus investimentos na atualização de sistemas, na customização de plataformas e canais digitais voltados ao atendimento de parceiros, além de direcionar recursos para projetos regulatórios relevantes, com destaque para a implementação do IFRS 17 – Insurance Contracts, o Open Insurance, o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

**2.3. Resultado financeiro e solvência**

Em 2025, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 308.188 (R\$ 213.886 em 2024), aumento de 44,1% em comparação ao ano anterior, representando 6,5% dos prêmios ganhos (5,7% em 2024). A variação decorre, principalmente, do crescimento da operação e do aumento da taxa SELIC efetiva ao longo do ano, em relação a 2024.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 596.439 (R\$ 441.277 em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 111% (121% em 31 de dezembro de 2024).

**3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual**

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
<b>Lucro líquido do ano</b>	<b>525.140</b>	<b>439.171</b>
Reserva legal	7.115	-
<b>Lucro distribuível</b>	<b>518.025</b>	<b>439.171</b>
<b>Dividendos distribuídos antecipadamente – Reserva estatutária</b>	<b>481.747</b>	<b>375.000</b>
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	93,0%	85,4%
<b>Destinação à Reserva de Lucros</b>	<b>518.025</b>	<b>439.171</b>

(\*) Em 2025 e 2024, foram pagos dividendos antecipados, reduzindo a reserva de lucros, mas considerando nos cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios de 2025, conforme as atas das assembleias. Esses dividendos foram superiores ao exigido por lei, como pode ser visto na demonstração e fluxo de caixa.

**4. ASG - Ambiental, Social e Governança**

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do Grupo Icatu, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo Icatu e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o workshop de produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; a gestão de resíduos recicláveis na matriz; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o Grupo Icatu foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 sendo eleita a seguradora mais inovadora e com maior visão de futuro do Brasil. O Grupo Icatu também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance*. No âmbito setorial, o Grupo Icatu venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O Grupo Icatu manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do Grupo Icatu. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o Grupo Icatu. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

Gênero	31/12/2025			31/12/2024		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
<b>Total</b>	<b>31.423</b>	<b>6.642</b>	<b>38.065</b>	<b>29.188</b>	<b>6.125</b>	<b>35.313</b>

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O Grupo Icatu conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) e, pela 11ª vez consecutiva entramos para o ranking das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro (GPTW). Recebemos ainda o destaque em Saúde Mental pela terceira vez.

Durante o ano de 2025, a Companhia retornou à sociedade R\$ 1.695.065 em sinistros pagos (R\$ 1.375.526 em 2024), R\$ 339.144 em verbas salariais aos colaboradores (R\$ 285.030 em 2024), R\$ 106.797 pagos à serviços de terceiro fornecedor (R\$ 101.309 em 2024), além de R\$ 164.987 em tributos indiretos (R\$ 123.961 em 2024) e R\$ 130.408 em tributos diretos (R\$ 59.840).

**5. Auditores independentes**

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e de asseguuração limitada exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu, foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 2.375, em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.227, em 2025.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, semestralmente, e Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e Icatu Seguridade S.A., anualmente.

**6. Agradecimentos**

A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

**Balancos patrimoniais**  
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>51.343.657</b>	<b>52.693.744</b>
Disponível	141.737	211.054
Caixa e bancos	141.737	211.054
<b>Equivalente de caixa</b>	<b>Nota 5.3</b>	<b>10.483</b>
Aplicações	Nota 5	49.709.427
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>677.488</b>	<b>444.303</b>
Prêmios a receber	Nota 6	600.253
Operações com seguradoras		6.852
Operações com resseguradoras	Nota 7	71.358
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>	<b>150</b>	<b>200</b>
Valores a receber		150
Outros créditos operacionais	Nota 8	109.040
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>Nota 9</b>	<b>130.428</b>
Títulos e créditos a receber		60.446
Títulos e créditos a receber	Nota 10	26.887
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	29.296
Outros créditos		4.263
<b>Outros valores e bens</b>	<b>999</b>	<b>641</b>
Outros valores		999
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>3.607</b>	<b>2.504</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>499.852</b>	<b>343.727</b>
Seguros	Nota 21	498.088
Previdência	Nota 22	1.764
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.252.040</b>	<b>4.648.903</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>4.250.775</b>	<b>3.695.736</b>
Aplicações	Nota 5	2.878.603
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>Nota 9</b>	<b>63.633</b>
Títulos e créditos a receber		551.111
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	287.065
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 25.4	264.046
<b>Outros valores e bens</b>	<b>Nota 12.1</b>	<b>240.781</b>
<b>Empréstimos e depósitos compulsórios</b>	<b>3.864</b>	<b>3.747</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>1.735</b>	<b>3.165</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>548.074</b>	<b>444.915</b>
Seguros	Nota 21	532.356
Previdência	Nota 22	15.718
<b>Investimentos</b>	<b>Nota 13</b>	<b>471.898</b>
Participações societárias		471.806
Outros investimentos		92
<b>Imobilizado</b>	<b>Nota 14</b>	<b>28.494</b>
Imóveis de uso próprio		89
<b>Bens móveis</b>	<b>22.486</b>	<b>17.093</b>
Outras imobilizações		5.919
<b>Intangível</b>	<b>Nota 15</b>	<b>463.847</b>
Outros intangíveis		463.847
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>56.595.697</b>	<b>57.342.647</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>10.697.309</b>	<b>10.966.128</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>409.568</b>	<b>338.101</b>
Obrigações a pagar	Nota 16.1	105.660
Impostos e encargos sociais a recolher	Nota 17	60.516
Encargos trabalhistas		18.228
Impostos e contribuições	Nota 18	20.939
Outras contas a pagar	Nota 16.2	204.225
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>411.445</b>	<b>241.465</b>
Prêmios a restituir		3.901
Operações com seguradoras	Nota 19	6.231
Operações com resseguradoras	Nota 19	136.619
Corretores de seguros e resseguros	Nota 19	267.608
Outros débitos operacionais		987
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>	<b>1.394</b>	<b>1.959</b>
Débitos de resseguros		704
Outros débitos operacionais		690
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>Nota 20</b>	<b>90.664</b>
<b>Provisões técnicas – seguros</b>	<b>Nota 21</b>	<b>6.464.986</b>
Pessoas		1.729.717
Vida individual		54.759
Vida com cobertura por sobrevivência		4.680.510
<b>Provisões técnicas – previdência complementar</b>	<b>Nota 22</b>	<b>3.289.736</b>
Planos não bloqueados		154.681
PGBL/PRGP		3.135.055
<b>Outros débitos</b>	<b>29.516</b>	<b>26.634</b>
Débitos diversos	Nota 12.1	29.516
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>43.850.242</b>	<b>44.368.228</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>100.911</b>	<b>103.473</b>
Obrigações a pagar	Nota 16.1.	98.829
Outras contas a pagar		2.082
<b>Provisões técnicas – seguros</b>	<b>Nota 21</b>	<b>26.111.653</b>
Pessoas		1.342.022
Vida individual		379.572
Vida com cobertura por sobrevivência		24.390.059
<b>Provisões técnicas – previdência complementar</b>	<b>Nota 22</b>	<b>17.084.786</b>
Planos não bloqueados		639.726
PGBL/PRGP		16.445.060
<b>Outros débitos</b>	<b>331.624</b>	<b>219.855</b>
Provisões judiciais	Nota 25.2 e 25.3	331.624
<b>Débitos diversos</b>	<b>Nota 12.1</b>	<b>221.268</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota 26</b>	<b>2.048.146</b>
Capital social		640.350
Aumento de capital em aprovação		35.577
Reservas de capital		-
Reservas de lucros		1.485.957
Ajustes de avaliação patrimonial		(113.738)
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>56.595.697</b>	<b>57.342.647</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação



**ICATU SEGUROS S.A.**  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva de ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>640.350</b>	<b>-</b>	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>128.070</b>	<b>1.260.624</b>	<b>(19.567)</b>	<b>-</b>	<b>2.045.054</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	-	-	-	-	-	-	(121.262)	-	(121.262)
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	(20.980)	-	(20.980)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	51.609	-	51.609
Ajuste referente a mudança de prática contábil	-	-	-	-	-	(10.301)	-	-	(10.301)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	439.171	439.171
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 28/02/2024	-	-	-	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 12/07/2024	-	-	-	-	-	(325.000)	-	-	(325.000)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	439.171	-	(439.171)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>640.350</b>	<b>-</b>	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>128.070</b>	<b>1.314.494</b>	<b>(110.200)</b>	<b>-</b>	<b>2.008.291</b>
Aumento de capital conf. AGE 23/12/2025 - Processo SUSEP nº 15414.675759/2025-12	-	35.577	(34.659)	(918)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	-	-	-	-	-	-	12.292	-	12.292
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	6.080	-	6.080
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(21.910)	-	(21.910)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	525.140	525.140
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 29/01/2025	-	-	-	-	-	(55.000)	-	-	(55.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 23/05/2025	-	-	-	-	-	(160.000)	-	-	(160.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 10/09/2025	-	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 19/12/2025	-	-	-	-	-	(166.747)	-	-	(166.747)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	7.115	-	-	(7.115)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	518.025	-	(518.025)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>640.350</b>	<b>35.577</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>135.185</b>	<b>1.350.772</b>	<b>(113.738)</b>	<b>-</b>	<b>2.048.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados**  
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	5.286.740	4.290.353
Contribuições para cobertura de riscos	16.809	16.916
Variação das provisões técnicas de prêmios	(581.487)	(532.168)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>4.722.062</b>	<b>3.775.101</b>
Sinistros ocorridos	(1.735.262)	(1.467.826)
Custos de aquisição	(1.643.773)	(1.274.763)
Outras despesas operacionais	(500.214)	(277.358)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>842.813</b>	<b>755.154</b>
Receita com resseguro	188.223	125.495
Despesa com resseguro	(195.416)	(117.908)
Outros resultados com resseguro	2.538	3.116
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS</b>	<b>(10.703)</b>	<b>10.703</b>
Rendas de contribuições e prêmios	5.098.534	5.488.899
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.101.197)	(5.491.958)
<b>Receita de contribuições e prêmios de VGBL</b>	<b>(2.663)</b>	<b>(3.059)</b>
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	127.976	92.050
Variação de outras provisões técnicas	(13.017)	(4.322)
Custo de aquisição	(93.920)	(108.205)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(823)	421
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>17.553</b>	<b>(23.115)</b>
Despesas administrativas	(696.869)	(596.294)
Despesas com tributos	(179.285)	(136.664)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>308.188</b>	<b>213.886</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>363.428</b>	<b>363.813</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>651.173</b>	<b>587.483</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(1.827)	(22)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>649.346</b>	<b>587.461</b>
Imposto de renda	(41.269)	(25.963)
Contribuição social	(37.815)	(21.174)
Participações sobre o lucro	(45.122)	(101.153)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>525.140</b>	<b>439.171</b>
Quantidade de ações	93.983.477	93.983.477
<b>Lucro líquido do exercício por ação – R\$</b>	<b>5,59</b>	<b>4,67</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>525.140</b>	<b>439.171</b>
Companhia	(9.618)	(69.653)
<b>Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)</b>	<b>12.292</b>	<b>(121.262)</b>
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA (Nota 5.4)	20.487	(202.103)
Efeito dos tributos – IRPJ	(5.122)	50.526
Efeito dos tributos – CSLL	(3.073)	30.315
<b>Provisão Complementar de Cobertura – PCC</b>	<b>(21.910)</b>	<b>51.609</b>
Principal	(2.112)	51.609
<b>Efeito do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(19.798)</b>	<b>-</b>
Efeito dos tributos – IRPJ	(12.374)	-
Efeito dos tributos – CSLL	(7.424)	-
<b>Coligadas e/ou controladas</b>	<b>6.080</b>	<b>(20.980)</b>
<b>Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)</b>	<b>10.122</b>	<b>(37.026)</b>
<b>Efeito do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.042)</b>	<b>16.046</b>
Efeito dos tributos – IRPJ	(2.526)	10.029
Efeito dos tributos – CSLL	(1.516)	6.017
<b>Componentes do resultado abrangente</b>	<b>(3.538)</b>	<b>(90.633)</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>521.602</b>	<b>348.538</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>525.140</b>	<b>439.171</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	73.783	75.810
Perda/(Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	1.827	22
Despesas de juros e com arrendamento	3.535	6.599
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13)	(363.428)	(363.813)
Custos de aquisição diferidos	(259.284)	(231.214)
Variação das provisões técnicas – seguros	12.715.972	10.456.258
Variação das provisões técnicas – previdência	5.717.424	4.364.344
Variação das provisões judiciais	116.882	5.589
Variação dos tributos sobre o lucro	82.780	53.368
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Aplicações financeiras	1.205.109	(3.290.041)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(233.185)	(68.976)
Créditos das operações de previdência complementar	50	(8)
Ativos de resseguro	(25.893)	(24.256)
Créditos tributários e previdenciários	(3.262)	(13.456)
Ativo fiscal diferido	25.087	582
Depósitos judiciais e fiscais	(19.182)	(8.170)
Despesas antecipadas	327	(5.128)
Outros valores e bens	2.317	10.790
Outros ativos	(32.969)	52.933
Outras contas a pagar	58.469	58.669
Débitos de operações com seguros e resseguros	169.980	14.616
Débitos de operações com previdência complementar	(565)	423
Depósitos de terceiros	(38.328)	454
Provisões técnicas – seguros	(13.129.831)	(7.840.942)
Provisões técnicas – previdência complementar	(6.399.389)	(3.717.463)
Pagamentos judiciais	(5.113)	(4.838)
Outros passivos	(21.910)	41.308
Débitos diversos	32.685	27.605
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>199.028</b>	<b>40.236</b>
Juros pagos	(3.535)	(6.599)
Recebimento de dividendos	351.611	514.317
Tributos sobre o lucro pagos	(72.344)	(60.041)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>474.760</b>	<b>487.913</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	50	898
Intangível	8.866	-
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(13.512)	(6.350)
Intangível	(34.973)	(52.637)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(39.569)</b>	<b>(58.089)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de passivo por arrendamento	(35.427)	(36.112)
Pagamento de dividendos	(481.747)	(375.000)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(517.174)</b>	<b>(411.112)</b>
<b>Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(81.983)</b>	<b>18.712</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>234.203</b>	<b>215.491</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>152.220</b>	<b>234.203</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” ou “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora o Grupo Icatu, com 87,37%, restando 12,63%, pertencentes às pessoas físicas.

O detalhamento referente às controladas e coligadas da Companhia é apresentado na nota 13.

**2. Base de preparação e divulgação**

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2026.

**2.1. Base de mensuração**

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3. e 5.3.);

- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.1.3.e 5.3.);

- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2. e 5.2.);

- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.16., 21 e 22).

**2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondadas em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

**3. Resumo das principais políticas contábeis materiais**

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

**3.1. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos;

- As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;

- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres;

- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período;

- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos. As receitas com taxa de carregamento dos planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso nos planos contratados; e

- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

**3.2. Balanço patrimonial**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;

- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;

- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e

- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

**3.3. Caixa e bancos e equivalente de caixa**

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

**3.4. Instrumentos financeiros**

**3.4.1. Mensuração e classificação**

O Grupo Icatu determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo Icatu faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

**3.4.1.1. Custo amortizado**

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (impairment) que são contabilizadas no resultado do período.

continuação

**ICATU****ICATU SEGUROS S.A.**  
CNPJ: 42.283.770/0001-39www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297**3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (impairment) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

**3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

**3.5. Depósitos judiciais e fiscais**

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

**3.6. Arrendamentos mercantis**

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Outros valores e bens", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida em "Débitos diversos", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação por amortização do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato e os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

**3.7. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "Ganhos e perdas com ativos não correntes", no resultado do período.

**3.8. Intangível**

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno, e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "Ganhos ou perdas do ativo não correntes".

**3.9. Investimentos**

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado patrimonial". Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica "Resultado patrimonial", no momento da baixa do ativo.

**3.10. Redução ao valor recuperável****3.10.1. Ativos financeiros**

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

**3.10.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro**

A Redução ao Valor Recuperável de ativos de resseguro (RdVR de resseguro) deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativos de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura de contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na política de transferência de risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 31 de dezembro de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 3.186 (R\$ 4.153 em 31 de dezembro de 2024).

**3.10.1.2. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber e****comissões a pagar**

A Companhia decidiu constituir a Redução ao Valor Recuperável (RdVR) de prêmios a receber e comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação realizada indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser acompanhada da expectativa de não pagamento da respectiva comissão ao corretor, de modo a minimizar os impactos da perda estimada. Assim, a RdVR de prêmios a receber e comissões a pagar deverá ser constituída, preferencialmente, com base na experiência de perda histórica de agrupamentos desses valores, exclusivamente para riscos decorridos, ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito.

Nossa metodologia de cálculo observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por "faixa de *aging*", sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior:

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias; e
- Grupo 4: faturas vencidas há mais de 360 dias.

Em 2025, a partir da análise histórica, está sendo aplicado os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

Faixas	31/12/2025	31/12/2024
Faturas com 30 dias a vencer	0,45%	0,53%
Faturas vencidas há 60 dias	4,53%	4,51%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	53,29%	49,34%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	61,21%	58,64%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100%	100%

Em 31 de dezembro de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber era de R\$ 10.685 (R\$ 18.743 em 31 de dezembro de 2024).

A partir do primeiro semestre de 2025, a Companhia passou a constituir da redução ao valor recuperável das comissões a pagar, totalizando R\$ 5.671 em 31 de dezembro de 2025.

**3.10.2. Ativos não financeiros**

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente. As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

**3.11. Tributos correntes e diferidos**

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

**3.11.1. IRPJ e CSLL diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

**3.11.2. PIS e COFINS diferidos**

A Companhia constitui crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

**3.12. Provisões judiciais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passou-se a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais"; no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de "Provisões judiciais".

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

**3.13. Benefícios a empregados**

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano; e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o lucro líquido antes do imposto de renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração: (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia; e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

**3.14. Resseguro**

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos

de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos aos resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, conforme nota 3.10.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

**3.15. Custos de aquisição diferidos**

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a corretagens, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela Companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 21 meses.

**3.16. Provisões técnicas**

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e pelo CPC 11 – Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos. No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

**3.16.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)**

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) e Fundo Garantidor de Benefício (FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

**3.16.2. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC)**

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

**3.16.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de pagamento. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e, para as ações judiciais, era utilizada até agosto de 2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando, e a partir de setembro de 2024, passou-se a utilizar a SELIC, conforme a previsão da Lei nº 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão, referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro, sendo:

- Os ajustes de IBNER administrativa, calculados conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos ainda pendentes e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- Os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente.

**3.16.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)**

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente;

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão;

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com aqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso; e

(IV) Para parcerias recentes e produto de vida em regime de capitalização, em que inicialmente a Companhia entende que o perfil de sinistralidade será diferente da média da carteira ou de alguma outra parceria, o IBNR é calculado conforme sinistralidade esperada.

**3.16.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG - RVNE) considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

(I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 900 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses; e

(II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se o comportamento histórico de atraso das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG – RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses. Os prêmios a receber de parcelas não vencidas podem ser deduzidos da PPNG através dos direitos creditórios, que representam ativos garantidores baseados na proporção do risco a decorrer, conforme regras da circular SUSEP nº 648/2021.

**3.16.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)**

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

**3.16.7. Provisão de resgates e/ou outros Valores a Regularizar (PVR)**

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

continua

continuação



## ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

### 3.16.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR/PDC)

A Provisão de Despesas Relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos relacionados ao pagamento dos benefícios, sindicâncias necessárias para a regulação e honorários de sucumbência.

### 3.16.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

### 3.16.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.17.

### 3.17. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutas de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas.

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias.

Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS e AT2000 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data-base das Demonstrações. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes e as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram considerados os seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade	
	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	48,49%	49,18%
Prestamista	29,02%	29,69%
Acidentes pessoais	30,12%	29,44%
Vida individual	15,14%	15,87%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplica-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na Companhia. Em relação ao sinistro os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 8 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da Companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

### 3.17.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- (I) Previdência tradicional e vida inteira;
- (II) Benefícios concedidos;
- (III) PGBL/VGBL, VRGP e FGB; e
- (IV) Seguros de pessoas coletivas, individual e risco de previdência.

### 3.17.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor registrado no ORA, líquido dos impostos diferidos é R\$ 30.973 (R\$ 51.609 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros.

### 3.17.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2025 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa, assim como em 31 de dezembro de 2024. Sendo assim, não houve valor a ser provisionado na PCC.

### 3.18. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

### 3.19. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.6.

### 3.20. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, Teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

### 3.21. Novas normas e leis

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

#### 3.21.1. IFRS 17/ CPC 50

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

#### 3.21.2. Decreto-Lei nº 12.499/2025 - Incidência de IOF

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. As principais mudanças foram:

- O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassarem R\$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual;
- A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassarem R\$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas; e
- A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia colocou em produção a primeira fase de adequações sistêmicas visando atender o prazo legal e agora segue implementando melhorias até que tenha um processo robusto adaptado, previsto para o fim de 2026.

#### 3.21.3. IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

#### 3.21.4. Reforma Tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, tendo início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

#### 3.21.5. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) - Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9 - *Financial Instruments* (CPC 48) e na IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 - R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

#### 3.21.6. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

#### 3.21.7. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

#### 3.21.8. Lei nº 15.270/2025 - Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31 de janeiro de 2026.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

#### 4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Icatu consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo Icatu.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas as atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

- (I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e
- (II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu; e
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

#### 4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

##### 4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, Standard and Poor's e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, é utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

##### 4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 3.177.299, correspondentes a 69,03% (R\$ 2.722.060 correspondentes a 69,10% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) que são ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 84.778 (R\$ 129.975 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, há R\$ 1.228 em bloqueio judicial (R\$ 1.204 em 31 de dezembro de 2024), alocados em Operações Compromissadas.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 47.995.950 (R\$ 49.856.347 em 31 de dezembro de 2024).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 638.038 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 891.406 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos a suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

31/12/2025					
	Letra financeira		CDB	CRI	Total
<b>Rating</b>		<b>Debênture</b>			
AAA	143.089	198.263	—	—	341.352
AA+	—	69.939	5.125	—	75.064
AA	—	38.967	—	—	38.967
AA-	—	101.572	—	—	101.572
A+	—	35.949	—	—	35.949
A	—	63.760	—	—	63.760
A-	—	9.291	—	—	9.291
BB+	—	1.329	—	—	1.329
CCC-	—	309	—	—	309
ND	—	31.628	—	1.996	33.624
<b>Total</b>	<b>143.089</b>	<b>551.007</b>	<b>5.125</b>	<b>1.996</b>	<b>701.217</b>

31/12/2024					
	Letra financeira		CDB	Total	
<b>Rating</b>		<b>Debênture</b>			
AAA	126.139	63.604	—	—	189.743
AA+	—	—	—	5.066	5.066
<b>Total</b>	<b>126.139</b>	<b>63.604</b>	<b>5.066</b>	<b>194.809</b>	

Em 2025, observou-se um aumento na posição de ativos de crédito privado, decorrente, principalmente, da recategorização de fundos de crédito anteriormente classificados como não exclusivos para a categoria de fundos exclusivos. Como consequência, os ativos contidos nesses fundos passaram a ser incluídos na composição demonstrada do quadro de risco de crédito.

continua

continuação



## ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

### 4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos, devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo Icatu, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de riscos.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável - RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.10.1.1.

O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 31 de dezembro de 2025:

Tipo Ressegurador	Rating	31/12/2025		31/12/2024	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela <i>Standard &amp; Poor's</i>	86	0,03%	2.434	1,11%
Admitida	AA- pela <i>Standard &amp; Poor's</i>	20.180	7,60%	56.176	25,63%
Eventual	A- pela <i>Standard &amp; Poor's</i>	70	0,03%	81	0,04%
Eventual	A+ pela <i>Standard &amp; Poor's</i>	325	0,12%	358	0,16%
Eventual	AA- pela <i>Standard &amp; Poor's</i>	2.559	0,96%	3.132	1,43%
Local	AA- pela <i>Standard &amp; Poor's</i>	59.967	22,59%	15.974	7,29%
Local	A+ pela <i>Standard &amp; Poor's</i>	71.682	27,01%	69.669	31,78%
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	110.550	41,66%	71.387	32,56%
<b>Total</b>		<b>265.419</b>	<b>100,00%</b>	<b>219.211</b>	<b>100,00%</b>

### 4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk (VaR)*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz de cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95.

(II) *DV01 (dólar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas as informações de *VaR* e *DV01*, para a Companhia:

Fatores de Risco	31/12/2025			31/12/2024				
	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado	(114)	95%	1.110	30.215	(4.553)	95%	560	18.803
IGPM	(3.177)	95%	19.280	891.747	(421)	95%	20.274	989.299
IPCA	(20.438)	95%	71.814	2.451.139	(1.454)	95%	64.422	1.854.599
Ações	-	95%	332	4.326	-	95%	165	1.936

### 4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado. Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

Ativos e passivos	31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	141.737	-	-	141.737
Equivalente de caixa	10.483	-	-	10.483
Aplicações financeiras	20.336.197	5.243.103	27.008.730	52.588.030
Crédito das operações	677.638	-	-	677.638
Ativos de resseguro - provisões técnicas	130.428	16.029	47.604	194.061
Títulos e créditos a receber	60.446	551.111	-	611.557
<b>Total de ativos</b>	<b>21.356.929</b>	<b>5.810.243</b>	<b>27.056.334</b>	<b>54.223.506</b>
Contas a pagar	409.568	100.911	-	510.479
Provisões técnicas	9.754.723	9.844.160	33.352.278	52.951.161
Débito das operações	412.839	-	-	412.839
Depósitos de terceiros	90.664	-	-	90.664
<b>Total de passivos</b>	<b>10.667.794</b>	<b>9.945.071</b>	<b>33.352.278</b>	<b>53.965.143</b>

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	211.054	-	-	211.054
Equivalente de caixa	23.149	-	-	23.149
Aplicações financeiras	22.527.262	6.354.715	24.890.675	53.772.652
Crédito das operações	444.503	-	-	444.503
Ativos de resseguro - provisões técnicas	111.428	15.506	41.234	168.168
Títulos e créditos a receber	48.734	565.211	-	613.945
<b>Total de ativos</b>	<b>23.366.130</b>	<b>6.935.432</b>	<b>24.931.909</b>	<b>55.233.471</b>
Contas a pagar	338.101	103.473	-	441.574
Provisões técnicas	10.228.977	10.689.804	33.128.204	54.046.985
Débito das operações	243.424	-	-	243.424
Depósitos de terceiros	128.992	-	-	128.992
<b>Total de passivos</b>	<b>10.939.494</b>	<b>10.793.277</b>	<b>33.128.204</b>	<b>54.860.975</b>

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

### 4.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou que podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

### 4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos, cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguro, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, o Grupo Icatu diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu e formalizadas na política de subscrição e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro

com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de transferência de riscos e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGDL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2025					Total
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida em grupo	210.305	309.869	52.519	908.989	1.134.581	2.616.263
Prestamista	7.059	118.785	257	146.845	550.624	823.570
Acidentes pessoais	6.968	22.082	14.857	385.241	206.630	635.778
Vida individual	4.877	19.909	20.346	308.970	18.320	372.422
Rural	-	-	-	1.950	254.679	256.629
Outros	363	6.080	143	8.838	1.976	17.400
<b>Total seguros</b>	<b>229.572</b>	<b>476.725</b>	<b>88.122</b>	<b>1.760.833</b>	<b>2.166.810</b>	<b>4.722.062</b>
Previdência	57.297	128.464	4.963	3.674.729	1.233.081	5.098.534
<b>Total previdência</b>	<b>57.297</b>	<b>128.464</b>	<b>4.963</b>	<b>3.674.729</b>	<b>1.233.081</b>	<b>5.098.534</b>

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2024					Total
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida em grupo	108.978	262.997	42.062	749.469	983.424	2.146.930
Prestamista	8.006	86.376	5	105.294	500.607	700.288
Acidentes pessoais	8.852	28.167	10.924	283.253	155.000	486.196
Vida individual	2.756	15.822	9.546	153.234	10.743	192.101
Rural	-	-	-	3.339	228.969	232.308
Outros	366	5.872	143	9.018	1.879	17.278
<b>Total seguros</b>	<b>128.958</b>	<b>399.234</b>	<b>62.680</b>	<b>1.303.607</b>	<b>1.880.622</b>	<b>3.775.101</b>
Previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899
<b>Total previdência</b>	<b>61.392</b>	<b>110.642</b>	<b>59.896</b>	<b>4.239.361</b>	<b>1.017.608</b>	<b>5.488.899</b>

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2025					Total
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida em grupo	156.065	308.715	52.194	872.416	1.113.850	2.503.240
Prestamista	7.057	118.549	257	146.836	531.465	804.164
Acidentes pessoais	6.796	21.585	14.571	374.264	204.154	621.370
Vida individual	4.463	18.189	18.650	289.108	16.827	347.237
Rural	-	-	-	1.949	232.297	234.246
Outros	360	5.728	142	8.450	1.708	16.388
<b>Total seguros</b>	<b>174.741</b>	<b>472.766</b>	<b>85.814</b>	<b>1.693.023</b>	<b>2.100.301</b>	<b>4.526.645</b>
Previdência	57.297	128.464	4.963	3.674.729	1.233.081	5.098.534
<b>Total previdência</b>	<b>57.297</b>	<b>128.464</b>	<b>4.963</b>	<b>3.674.729</b>	<b>1.233.081</b>	<b>5.098.534</b>

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2024					Total
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida em grupo	104.564	262.080	41.803	727.020	968.272	2.103.739
Prestamista	8.005	86.275	5	105.290	480.367	679.942
Acidentes pessoais	8.738	27.838	10.736	276.033	153.106	476.451
Vida individual	2.414	14.335	8.624	135.454	9.511	170.338
Rural	-	-	-	3.339	207.221	210.560
Outros	365	5.567	138	8.704	1.389	16.163
<b>Total seguros</b>	<b>124.086</b>	<b>396.095</b>	<b>61.306</b>	<b>1.255.840</b>	<b>1.819.866</b>	<b>3.657.193</b>
Previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899
<b>Total previdência</b>	<b>61.392</b>	<b>110.642</b>	<b>59.896</b>	<b>4.239.361</b>	<b>1.017.608</b>	<b>5.488.899</b>

### 4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e *stress*. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

### 4.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

### 5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados na rubrica equivalente de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$ 10.483 (R\$ 23.149 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) é de R\$ 1.794.086 (R\$ 1.327.057 em 31 de dezembro de 2024). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 20.487, bruto de tributos e R\$ 12.292, líquidos de tributos (perda de R\$ 202.103, bruto de tributos e R\$ 121.262, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros estão no não circulante.

continuação

**ICATU SEGUROS S.A.**

CNPJ: 42.283.770/0001-39

 www.icatuseguros.com.br  
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento em até um ano	5.936	697
Vencimento em até cinco anos	81.226	24.926
Vencimento acima de cinco anos	1.497.464	1.071.486
<b>Total</b>	<b>1.584.626</b>	<b>1.097.109</b>

### 5.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 94,52% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (95,58% em 31 de dezembro em 2024):

	31/12/2025	
	Taxas contratadas	Valor contábil / Valor justo
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>49.064.433</b>	<b>49.064.433</b>
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	47.995.950	47.995.950
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic 468.247	468.247
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	31.055	31.055
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.996	1.996
Letras Financeiras - LF	895	895
Debêntures - CDI	4,71% 13.357	13.357
Debêntures - IPCA	CDI + 3,61% 470.364	470.364
Debêntures - PRE	IPCA + 8,51% 4.168	4.168
Operações compromissadas	14,03% 74.295	74.295
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Selic 5.125	5.125
Ações	1	1
Outros (**)	(1.020)	(1.020)
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)</b>	<b>1.228</b>	<b>1.228</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - não exclusivos</b>	<b>639.058</b>	<b>639.058</b>
<b>Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa</b>	<b>10.483</b>	<b>10.483</b>
<b>Total</b>	<b>49.715.202</b>	<b>49.715.202</b>
Circulante	49.713.974	49.713.974
Não circulante	1.228	1.228

	31/12/2024	
	Taxas contratadas	Valor contábil / Valor justo
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>50.501.243</b>	<b>50.501.243</b>
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	49.856.347	49.856.347
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	SELIC 524.047	524.047
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,29% 8.853	8.853
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,27% 1	1
Letras Financeiras - LF	5,86% 907	907
Operações compromissadas	SELIC 106.826	106.826
Certificados de Depósito Bancário - CDB	5.066	5.066
Outros (**)	(804)	(804)
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)</b>	<b>1.204</b>	<b>1.204</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - não exclusivos</b>	<b>892.210</b>	<b>892.210</b>
<b>Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa</b>	<b>23.149</b>	<b>23.149</b>
<b>Total</b>	<b>51.417.806</b>	<b>51.417.806</b>
Circulante	51.416.602	51.416.602
Não circulante	1.204	1.204

(\*) A composição dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 44,89% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (43,9% em 31 de dezembro de 2024), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

(\*\*) Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.

	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento	9.576.160	11.984.386
Vencimento em até um ano	10.764.584	10.565.328
Vencimento em até cinco anos	20.381.472	21.468.529
Vencimento acima de cinco anos	8.992.986	7.399.563
<b>Total</b>	<b>49.715.202</b>	<b>51.417.806</b>

### 5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Custo amortizado	VJORA	VJR	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>1.175.087</b>	<b>1.081.939</b>	<b>48.456.396</b>	<b>50.713.422</b>
(+) Aplicações	49.008	154.759	18.248.707	18.452.474
(-) Resgates	(86.716)	(59.764)	(18.217.967)	(18.364.447)
(+) Rendimentos	143.507	122.278	2.930.670	3.196.455
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(202.103)	-	(202.103)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.280.886</b>	<b>1.097.109</b>	<b>51.417.806</b>	<b>53.795.801</b>
(+) Aplicações	18.318	452.740	17.528.524	17.999.582
(-) Resgates	(130.472)	(139.678)	(26.117.180)	(26.387.330)
(+) Rendimentos	129.953	153.968	6.886.052	7.169.973
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	20.487	-	20.487
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.298.685</b>	<b>1.584.626</b>	<b>49.715.202</b>	<b>52.598.513</b>

Os resgates mensurados ao custo amortizado referem-se ao fluxo de pagamento dos ativos classificados nessa categoria.

### 5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 – que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Custo amortizado</b>	<b>1.235.566</b>	<b>63.119</b>	<b>1.298.685</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>1.235.566</b>	<b>63.119</b>	<b>1.298.685</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	575.697	-	575.697
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	659.869	-	659.869
Debêntures de distribuição pública	-	63.119	63.119
<b>VJORA</b>	<b>1.442.431</b>	<b>142.195</b>	<b>1.584.626</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>1.442.431</b>	<b>142.195</b>	<b>1.584.626</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.256.237	-	1.256.237
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	186.194	-	186.194
Letras Financeiras - LF	-	142.195	142.195
<b>VJR</b>	<b>29.619.598</b>	<b>20.095.604</b>	<b>49.715.202</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>29.609.115</b>	<b>19.455.318</b>	<b>49.064.433</b>
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	29.035.518	18.960.432	47.995.950
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	468.247	-	468.247
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	31.055	-	31.055
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.996	1.996
Letras Financeiras - LF	-	895	895
Debêntures	-	487.889	487.889
Operações compromissadas	74.295	-	74.295
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	5.125	5.125
Ações	-	1	1
Outros	-	(1.020)	(1.020)
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)</b>	<b>-</b>	<b>1.228</b>	<b>1.228</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - não exclusivos</b>	<b>-</b>	<b>639.058</b>	<b>639.058</b>
<b>Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa</b>	<b>10.483</b>	<b>-</b>	<b>10.483</b>
<b>Total</b>	<b>32.297.595</b>	<b>20.300.918</b>	<b>52.598.513</b>

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Custo amortizado</b>	<b>535.113</b>	<b>745.773</b>	<b>1.280.886</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>535.113</b>	<b>745.773</b>	<b>1.280.886</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	535.113	-	535.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	682.169	682.169
Debêntures de distribuição pública	-	63.604	63.604
<b>VJORA</b>	<b>770.915</b>	<b>326.194</b>	<b>1.097.109</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>770.915</b>	<b>326.194</b>	<b>1.097.109</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	770.915	-	770.915
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	200.962	200.962
Letras Financeiras - LF	-	125.232	125.232
<b>VJR</b>	<b>30.783.487</b>	<b>20.634.319</b>	<b>51.417.806</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos</b>	<b>30.760.338</b>	<b>19.740.905</b>	<b>50.501.243</b>
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	30.120.611	19.735.736	49.856.347
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	524.047	-	524.047
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.853	-	8.853
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	1
Letras Financeiras - LF	-	907	907
Operações compromissadas	106.826	-	106.826
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	5.066	5.066
Outros	-	(804)	(804)
<b>Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)</b>	<b>-</b>	<b>1.204</b>	<b>1.204</b>
<b>Quotas de fundos de investimento - não exclusivos</b>	<b>-</b>	<b>892.210</b>	<b>892.210</b>
<b>Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa</b>	<b>23.149</b>	<b>-</b>	<b>23.149</b>
<b>Total</b>	<b>32.089.515</b>	<b>21.706.286</b>	<b>53.795.801</b>

### 5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

31/12/2025					
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional)	
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	1	
DI1	Vendido	01/07/2027	CDI	2	
DI1	Comprado	03/01/2028	CDI	2	
DI1	Vendido	02/01/2029	CDI	4	
DI1	Comprado	02/01/2029	CDI	13.899	
DI1	Vendido	02/04/2029	CDI	2	
DI1	Comprado	02/07/2029	CDI	7	
DI1	Vendido	02/01/2030	CDI	4	
DI1	Comprado	02/01/2031	CDI	5.446	
DI1	Comprado	02/01/2032	CDI	2	
DI1	Comprado	03/01/2033	CDI	4.159	
DI1	Vendido	02/01/2037	CDI	1	
DAP	Comprado	17/05/2027	IPCA	74.047	
DAP	Vendido	15/05/2029	IPCA	6.045	
DAP	Vendido	16/05/2033	IPCA	48.151	
DAP	Vendido	15/05/2035	IPCA	36.832	
DAP	Comprado	17/08/2026	IPCA	147.105	
DAP	Comprado	15/08/2028	IPCA	79.144	
DAP	Vendido	15/08/2030	IPCA	33.434	
DAP	Vendido	16/08/2032	IPCA	121.491	
DAP	Comprado	15/08/2040	IPCA	1.618	

31/12/2024					
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional)	
DI1	Comprado	02/01/2025	CDI	6	
DI1	Vendido	01/04/2025	CDI	10	
DI1	Vendido	01/07/2025	CDI	1	
DI1	Comprado	01/10/2025	CDI	4	
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	3	
DI1	Comprado	01/07/2026	CDI	4	
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	8	
DI1	Comprado	01/07/2027	CDI	7	
DI1	Vendido	03/01/2028	CDI	3	
DI1	Comprado	03/07/2028	CDI	1	
DI1	Comprado	02/01/2030	CDI	1	
DI1	Comprado	02/01/2031	CDI	1	
DI1	Vendido	03/01/2033	CDI	1	

### 6. Prêmios a receber

#### 6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Saldo de prêmios a receber por ramo era o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	281.207	234.448
Prestamistas	187.851	71.055
Acidentes pessoais	71.795	46.084
Vida individual	45.080	31.204
Rural	24.908	22.327
Outros	97	33
<b>Total de prêmios a receber bruto (*)</b>	<b>610.938</b>	<b>405.151</b>
Redução ao valor recuperável	(10.685)	(18.743)
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>600.253</b>	<b>386.408</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 327.993 (R\$ 238.197 em 31 de dezembro de 2024) referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

#### 6.2. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>405.151</b>	<b>343.944</b>
(+) Prêmios emitidos	6.014.727	4.825.564
(+) IOF	23.710	17.209
(-) Prêmios cancelados	(502.112)	(347.888)
(-) Recebimentos	(5.330.538)	(4.433.678)
<b>Prêmios a receber bruto</b>	<b>610.938</b>	<b>405.151</b>
<b>Movimentação da redução ao valor recuperável</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>(18.743)</b>	<b>(19.111)</b>
(-) Constituição	(153.753)	(222.942)
(+) Reversão	161.811	223.310
<b>Provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(10.685)</b>	<b>(18.743)</b>
<b>Prêmios a receber líquidos</b>	<b>600.253</b>	<b>386.408</b>

#### 6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
<b>A vencer</b>						
De 1 até 30 dias	567.120	(1.076)	566.044	369.312	(695)	368.617
<b>Vencidos</b>						

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

continuação



11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a recuperar	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	13.242	13.191
Contribuição social	6.838	6.846
COFINS	1.166	1.192
PIS	110	116
Outros	7.940	4.689
<b>Total</b>	<b>29.296</b>	<b>26.034</b>

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

	Saldo em 01/01/2025	Consti-tuições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>174.557</b>	<b>100.706</b>	<b>(115.404)</b>	<b>159.859</b>
Prejuízos fiscais	44.766	4.566	(24.854)	24.478
Diferenças temporárias	72.305	43.775	(20.690)	95.390
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	57.486	52.365	(57.486)	52.365
Ajuste VJORA	-	-	(12.374)	(12.374)
<b>Contribuição social diferida</b>	<b>102.133</b>	<b>59.028</b>	<b>(71.175)</b>	<b>89.986</b>
Base negativa	24.258	1.345	(16.844)	8.759
Diferenças temporárias	43.383	26.264	(12.414)	57.233
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	34.492	31.419	(34.493)	31.418
Ajuste VJORA	-	-	(7.424)	(7.424)
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>47.730</b>	<b>5.567</b>	<b>(1.365)</b>	<b>51.932</b>
PIS e COFINS diferidos	47.730	5.567	(1.365)	51.932
<b>Total de créditos fiscais diferidos</b>	<b>324.420</b>	<b>165.301</b>	<b>(187.944)</b>	<b>301.777</b>
<b>Passivo - não circulante</b>				
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>4.073</b>	<b>120.145</b>	<b>(109.506)</b>	<b>14.712</b>
IR debêntures incentivadas	4.073	120.145	(109.506)	14.712
<b>Total de débitos fiscais diferidos</b>	<b>4.073</b>	<b>120.145</b>	<b>(109.506)</b>	<b>14.712</b>
<b>Total de créditos e débitos diferidos</b>	<b>320.347</b>	<b>45.156</b>	<b>(78.438)</b>	<b>287.065</b>

	Saldo em 01/01/2024	Consti-tuições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31/12/2024
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>123.655</b>	<b>398.557</b>	<b>(347.655)</b>	<b>174.557</b>
Prejuízos fiscais	55.207	9.435	(19.876)	44.766
Diferenças temporárias	61.486	29.976	(19.157)	72.305
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.962	359.146	(308.622)	57.486
<b>Contribuição social diferida</b>	<b>72.953</b>	<b>238.383</b>	<b>(209.203)</b>	<b>102.133</b>
Base negativa	31.886	4.909	(12.537)	24.258
Diferenças temporárias	36.890	17.987	(11.494)	43.383
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	4.177	215.487	(185.172)	34.492
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>44.893</b>	<b>4.309</b>	<b>(1.472)</b>	<b>47.730</b>
PIS e COFINS diferidos	44.893	4.309	(1.472)	47.730
<b>Total de créditos fiscais diferidos</b>	<b>241.501</b>	<b>641.249</b>	<b>(558.330)</b>	<b>324.420</b>
<b>Passivo - não circulante</b>				
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>1.413</b>	<b>49.033</b>	<b>(46.373)</b>	<b>4.073</b>
IR debêntures incentivadas	1.413	49.033	(46.373)	4.073
<b>Total de débitos fiscais diferidos</b>	<b>1.413</b>	<b>49.033</b>	<b>(46.373)</b>	<b>4.073</b>
<b>Total de créditos e débitos diferidos</b>	<b>240.088</b>	<b>592.216</b>	<b>(511.957)</b>	<b>320.347</b>

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e cíveis, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo fiscal e base negativa	2026	2025
	33.237	100,00%
<b>Total</b>	<b>33.237</b>	<b>100,00%</b>

13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a Icatu S.A de Capitalización y Ahorro, que é uma empresa argentina que não estava operacional e foi liquidada em 09 de abril de 2024. A composição desses investimentos é a seguinte:

Investimentos	Quantidade de Ações		% de Participação	Total de Ativos	Total de Passi- vos Líquidos de Provisões Judiciais	Total das Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN									31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Capitalização S.A.	810.894.586	-	100,00%	3.147.245	2.841.881	60.929	211.484	244.435	2.002.305	79.705	244.435	227.637	79.705	84.830
Brasilcap Capitalização S.A.	54.010.799	12.833.569	16,70%	13.943.919	11.503.274	1.391.078	403.000	1.049.567	6.797.594	341.476	175.247	134.200	57.017	46.880
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	1.000	-	100,00%	569.188	533.658	15.592	2.000	19.938	439.149	219.149	19.938	20.672	219.149	154.805
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	100,00%	7.024	28	2.307	4.699	4.689	-	139	4.689	4.550	139	(686)
Itumbiara Participações Ltda.	-	6.255.616	44,89%	12.591	9	-	13.424	12.582	-	(842)	5.645	6.023	(378)	(230)
Icatu Assessoria S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.798	-	76.598
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	-	100,00%	22.424	2.588	153	12.000	19.683	-	7.068	19.683	14.293	7.068	933
Icatu Correspondente Bancário Ltda.	-	-	100,00%	2.205	39	-	100	2.166	2.009	729	2.166	1.437	729	684
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	(1)	(1)
<b>Total das Participações Acionárias</b>											<b>471.806</b>	<b>456.614</b>	<b>363.428</b>	<b>363.813</b>
Outros investimentos (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	92	-	-
<b>Total de investimentos/resultado patrimonial</b>											<b>471.898</b>	<b>456.706</b>	<b>363.428</b>	<b>363.813</b>

(a) Obras de arte.

(\*) Para fins de reestruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria S.A. foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., também controlada integral da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R\$ 47.798, cujo montante representou um acréscimo patrimonial para a incorporadora.

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 01/01/2024	Outros ajustes de avaliação patrimonial			Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024	Adições	Outros ajustes de avaliação patrimonial			Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
		Reduções	Dividendos	Ajuste TVM					Reduções	Dividendos	Ajuste TVM		
Icatu Capitalização S.A.	286.263	-	(134.485)	(7.675)	(1.296)	84.830	227.637	-	-	(64.552)	1.645	79.705	244.435
Brasilcap Capitalização S.A.	127.935	-	(43.703)	3.088	-	46.880	134.200	-	-	(15.988)	18	57.017	175.247
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	103.090	(4.718)	(217.198)	(15.382)	75	154.805	20.672	47.798	-	(272.099)	4.418	219.149	19.938
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	5.236	-	-	-	-	(686)	4.550	-	-	-	-	139	4.689
Itumbiara Participações Ltda.	6.253	-	-	-	-	(230)	6.023	-	-	-	-	(378)	5.645
Icatu Assessoria S.A.	119.486	(68.198)	(79.077)	(1.011)	-	76.598	47.798	-	(47.798)	-	-	-	-
Vanguardacap Capitalização S.A.	13.581	-	(221)	-	-	933	14.293	-	-	(1.678)	-	7.068	19.683
Icatu Correspondente Bancário	753	-	-	-	-	684	1.437	-	-	-	-	729	2.166
Outras participações societárias	5	-	-	-	-	(1)	4	-	-	-	-	(1)	3
<b>Total</b>	<b>662.602</b>	<b>(72.916)</b>	<b>(474.684)</b>	<b>(20.980)</b>	<b>(1.221)</b>	<b>363.813</b>	<b>456.614</b>	<b>47.798</b>	<b>(47.798)</b>	<b>(354.317)</b>	<b>6.081</b>	<b>363.428</b>	<b>471.806</b>

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transfe- rência	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos	20%	11.843	11.212	(6)	-	(5.354)	17.695
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.250	406	(6)	-	(890)	4.760
Outras imobilizações (*)	20%	10.606	870	-	46	(6.474)	5.048
Imobilizado em andamento	-	45	992	-	(46)	-	991
<b>Total</b>		<b>27.744</b>	<b>13.480</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>	<b>(12.718)</b>	<b>28.494</b>

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transfe- rência	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos	20%	10.768	5.363	(86)	-	(4.202)	11.843
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.016	134	(8)	-	(892)	5.250
Outras imobilizações (*)	20%	16.019	816	-	152	(6.381)	10.606
Imobilizado em andamento	-	151	46	-	(152)	-	45
<b>Total</b>		<b>32.954</b>	<b>6.359</b>	<b>(94)</b>	<b>-</b>	<b>(11.475)</b>	<b>27.744</b>

(\*) Referem-se a benfeitorias.

15. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Reclas- sificação	Amor- tização	Saldo em 31/12/2025
<b>Desenvolvidos internamente</b>		<b>176.536</b>	<b>34.742</b>	<b>(8.866)</b>	<b>-</b>	<b>(9.111)</b>	<b>193.301</b>
Marcas e patentes	-	71	-	-	-	-	71
Sistemas de computação	10 a 20%	22.946	1.420	(4.860)	42.862	(9.111)	53.257
Sistemas em desenvolvimento	-	153.519	33.322	(4.006)	(42.862)	-	139.973
<b>Adquiridos de terceiros</b>		<b>292.181</b>	<b>231</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21.866)</b>	<b>270.546</b>
Sistemas de computação	20%	130.951	231	-	-	(11.258)	119.924
Balcão de vendas (*)	-	161.230	-	-	-	(10.608)	150.622
<b>Total</b>		<b>468.717</b>	<b>34.973</b>	<b>(8.866)</b>	<b>-</b>	<b>(30.977)</b>	<b>463.847</b>

Diferenças temporárias - 2026 a 2035		
2026	42.063	27,56%
2027	7.814	5,12%
2028	9.219	6,04%
2029	10.882	7,13%
2030	12.820	8,40%
2031 a 2035	69.825	45,75%
<b>Total</b>	<b>152.623</b>	<b>100,00%</b>

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Provisão contingências trabalhistas	1.976	1.696
Provisão contingências cíveis	105.494	112.110
Provisão contingências fiscais	9.510	9.829
Redução ao valor recuperável	21.583	27.257
Provisão excedente técnico	35.408	24.263
Fundo de marketing	8.552	17.379
PIS exigibilidade suspensa	39.040	36.602
COFINS exigibilidade suspensa	172.604	161.175
Outras provisões - ágio	10.004	10.004
IR debêntures	1.107	5.545
Obrigações a pagar - provisão	14.712	-
Outras receitas - atualização depósito judicial	(124.988)	(108.114)
Participações nos resultados - PLR	138.488	140.103
PIS e COFINS diferidos	(51.932)	(47.729)
<b>Total das provisões temporárias</b>	<b>381.558</b>	<b>289.220</b>

continuação



**ICATU SEGUROS S.A.**  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**16.2. Outras contas a pagar**

	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar (a)	180.922	142.609
Outros pagamentos a efetuar (b)	23.303	13.896
<b>Total passivo circulante</b>	<b>204.225</b>	<b>156.505</b>

(a) Valores definidos em contratos de parceria destinados à distribuição de resultados decorrentes de superávit; e  
(b) São valores a pagar, referentes a divisão de resultados, conforme acordo contratual com os parceiros *Swiss Life e Insuropol*.

**17. Impostos e encargos sociais a recolher**

São valores apurados e devidos, referentes a tributos e encargos sociais, com exigibilidade no curto prazo:

	31/12/2025	31/12/2024
IR retido na fonte a recolher	36.257	23.443
Impostos sobre serviços a recolher	4.147	4.464
Impostos sobre operações financeiras	8.431	3.586
Contribuições previdenciárias	6.298	6.607
Outros impostos e encargos sociais a recolher	5.383	2.701
<b>Total</b>	<b>60.516</b>	<b>40.801</b>

**18. Impostos e contribuições**

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	31/12/2025	31/12/2024
IR	3.052	-
CSLL	3.309	-
COFINS	12.539	9.035
PIS	2.037	1.466
Outros impostos	1	1
Outras contribuições	1	1
<b>Total</b>	<b>20.939</b>	<b>10.503</b>

**19. Débitos das operações - operações com seguradoras e resseguradoras**

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para aqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

**21. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros**

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas - seguros	31/12/2025				31/12/2024			
	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total
<b>Circulante</b>								
Prêmios não ganhos	803.357	7.614	-	810.971	608.137	5.917	-	614.054
Prêmios não ganhos - RVNE	164.290	-	-	164.290	96.558	29	-	96.587
Sinistros a liquidar administrativo	296.110	4.755	-	300.865	271.681	1.486	-	273.167
Sinistros a liquidar judicial	19.523	506	-	20.029	22.338	545	-	22.883
Sinistros ocorridos mas não avisados	399.285	32.731	-	432.016	340.652	29.434	-	370.086
Benefícios a conceder	55	955	4.621.245	4.622.255	26	503	5.098.198	5.098.727
Benefícios concedidos	-	21	13.260	13.281	-	21	11.988	12.009
Excedente financeiro	-	-	137	137	-	-	14	14
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3.272	84	-	3.356	1.869	20	-	1.889
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	27	58	3	88	16	39	5	60
Excedente técnico	41.359	-	-	41.359	29.076	-	-	29.076
Resgates e/ou outros valores a regularizar	2.439	8.035	45.865	56.339	98	4.673	78.259	83.030
<b>Total circulante</b>	<b>1.729.717</b>	<b>54.759</b>	<b>4.680.510</b>	<b>6.464.986</b>	<b>1.370.451</b>	<b>42.667</b>	<b>5.188.464</b>	<b>6.601.582</b>
<b>Não circulante</b>								
Prêmios não ganhos	893.631	-	-	893.631	753.388	-	-	753.388
Sinistros a liquidar administrativo	7.067	113	-	7.180	5.972	33	-	6.005
Sinistros a liquidar judicial	169.871	4.401	-	174.272	153.519	3.737	-	157.256
Sinistros ocorridos mas não avisados	224.967	8.962	-	233.929	232.259	7.982	-	240.241
Benefícios a conceder	27.140	364.395	24.265.909	24.657.444	14.204	203.139	24.894.253	25.111.596
Benefícios concedidos	-	45	124.018	124.063	-	56	113.350	113.406
Excedente financeiro	-	-	117	117	-	-	29	29
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	19.026	614	-	19.640	6.013	52	-	6.065
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	320	1.042	15	1.377	420	485	25	930
<b>Total não circulante</b>	<b>1.342.022</b>	<b>379.572</b>	<b>24.390.059</b>	<b>26.111.653</b>	<b>1.165.775</b>	<b>215.484</b>	<b>25.007.657</b>	<b>26.388.916</b>
<b>Total</b>	<b>3.071.739</b>	<b>434.331</b>	<b>29.070.569</b>	<b>32.576.639</b>	<b>2.536.226</b>	<b>258.151</b>	<b>30.196.121</b>	<b>32.990.498</b>

De acordo com a determinação da SUSEP, em abril de 2025 a Companhia transferiu os saldos da rubrica de "Prêmios a restituir" para Provisão de Valores a Regularizar (PVR) na rubrica de "Provisões Técnicas - Seguros". Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme nota 5.2.

A mudança de estimativa na PCC foi determinada pelo regulador para dezembro de 2024, porém o tratamento tributário foi debatido até fevereiro de 2025, quando o mercado decidiu como iria dar o tratamento fiscal, com a ajuda de especialistas tributários.

Custos de aquisição diferidos - seguros	31/12/2025			31/12/2024		
	Pessoas	Vida individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Pessoas	Vida individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência
Circulante	473.102	20.262	4.724	498.088	323.331	14.784
Não circulante	471.009	45.075	16.272	532.356	385.251	35.630
<b>Total</b>	<b>944.111</b>	<b>65.337</b>	<b>20.996</b>	<b>1.030.444</b>	<b>708.582</b>	<b>50.414</b>

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas - seguros	Saldos em 01/01/2025		Consti-tuições	Baixas/ Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025	
Prêmios não ganhos	1.367.442	513.835	-	(176.675)	-	1.704.602	
Prêmios não ganhos - RVNE	96.587	203.759	-	(136.056)	-	164.290	
Sinistros a liquidar	459.311	2.881.033	-	(2.855.726)	17.728	502.346	
Sinistros ocorridos mas não avisados	610.327	153.502	-	(97.884)	-	665.945	
Benefícios a conceder	30.210.323	8.893.694	-	(13.899.164)	4.074.846	29.279.699	
Benefícios concedidos	125.415	16.726	-	(15.188)	10.391	137.344	
Excedente financeiro	43	1.550	-	(1.481)	142	254	
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	7.954	25.503	-	(10.461)	-	22.996	
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	990	3.671	-	(3.196)	-	1.465	
Excedente técnico	29.076	29.249	-	(16.966)	-	41.359	
Resgates e/ou outros valores a regularizar	83.030	1.301.999	-	(1.328.820)	130	56.339	
<b>Total</b>	<b>32.990.498</b>	<b>14.024.521</b>	-	<b>(18.541.617)</b>	<b>4.103.237</b>	<b>32.576.639</b>	

Provisões técnicas - seguros	Saldos em 01/01/2024		Consti-tuições	Baixas/ Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024	
Prêmios não ganhos	996.665	473.796	-	(103.019)	-	1.367.442	
Prêmios não ganhos - RVNE	85.791	141.645	-	(130.849)	-	96.587	
Sinistros a liquidar	413.155	2.339.237	-	(2.312.417)	19.336	459.311	
Sinistros ocorridos mas não avisados	571.402	591.094	-	(552.169)	-	610.327	
Benefícios a conceder	28.085.318	9.645.367	-	(9.299.105)	1.778.743	30.210.323	
Benefícios concedidos	106.797	23.437	-	(14.171)	9.352	125.415	
Excedente financeiro	47	902	-	(959)	53	43	
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	10.892	12.152	-	(15.090)	-	7.954	
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	-	1.663	-	(673)	-	990	
Excedente técnico	13.117	26.883	-	(10.924)	-	29.076	
Resgates e/ou outros valores a regularizar	91.591	890.879	-	(899.686)	246	83.030	
Provisão complementar de cobertura	407	178	-	(1)	(584)	-	
<b>Total</b>	<b>30.375.182</b>	<b>14.147.233</b>	-	<b>(13.339.063)</b>	<b>1.807.146</b>	<b>32.990.498</b>	

Custo de aquisição diferido	Saldo em 01/01/2025		Constituições	Amortizações	Saldo em 31/12/2025	
Custo de aquisição diferido	776.277	1.497.207	-	(1.243.040)	-	1.030.444
<b>Total</b>	<b>776.277</b>	<b>1.497.207</b>	-	<b>(1.243.040)</b>	-	<b>1.030.444</b>

Custo de aquisição diferido	Saldo em 01/01/2024		Constituições	Saldo em 31/12/2024	
Custo de aquisição diferido	546.088	230.189	-	-	776.277
<b>Total</b>	<b>546.088</b>	<b>230.189</b>	-	-	<b>776.277</b>

**21.1. Análise de sensibilidade - seguros**

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o stress de 5% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações. Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Variável	Premissas	Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% na sinistralidade	(36.153)	(33.114)	(31.938)	(29.508)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	36.153	33.114	31.938	29.508

**22. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - previdência complementar**

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro cedido emitido	1.246	3.607
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	4.985	6.610
<b>Total de operações com seguradoras</b>	<b>6.231</b>	<b>10.217</b>

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguro cedido emitido	103.963	77.961
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	32.656	8.412
<b>Total de operações com resseguradoras</b>	<b>136.619</b>	<b>86.373</b>

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões riscos emitidos diretos (*)	35.439	39.454
Comissões a pagar e RVNE	146.184	85.293
Pró-labore emitido	78.410	10.754
Pró-labore a pagar	7.337	4.390
Outros	238	173
<b>Total de corretores de seguros e resseguros</b>	<b>267.608</b>	<b>140.064</b>

(\*) No ano 2025, a Companhia constituiu R\$ 5.671 de redução ao valor recuperável de comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação da Companhia indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser considerada na expectativa de não pagamento ao respectivo corretor, minimizando os impactos da perda estimada.

**20. Depósitos de terceiros**

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
1 até 30 dias	78.426	118.418
31 até 60 dias	4.575	1.644
61 até 120 dias	1.004	3.579
121 até 180 dias	699	907
181 até 365 dias	2.709	2.245
Mais de 365 dias	3.251	2.199
<b>Total</b>	<b>90.664</b>	<b>128.992</b>

Provisões técnicas - previdência complementar	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios não ganhos	643	2	645	663	4	667
Prêmios não ganhos - RVNE	17	-	17	33	-	33
Benefícios a conceder	3.116.978	16.364.137	19.481.115	3.442.657	16.808.264	20.250.921
Benefícios concedidos	87.659	714.147	801.806	75.751	614.874	690.625
Sinistros a liquidar administrativo	386	-	386	651	-	651
Sinistros a liquidar judicial	466	-	466	221	-	221
Excedente financeiro	1.830	6.476	8.306	1.261	5.915	7.176
Eventos ocorridos mas não avisados	2.591	-	2.591	2.590	-	2.590
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	147	-	147	3	-	3
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	9	24	33	13	35	48
Resgates e/ou outros valores a regularizar	79.010	-	79.010	103.552	-	103.552
<b>Total</b>	<b>3.289.736</b>	<b>17.084.786</b>	<b>20.374.522</b>	<b>3.627.395</b>	<b>17.42</b>	

continuação



**ICATU SEGUROS S.A.**  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**23. Desenvolvimento de sinistros**

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.104.149	952.186	1.133.453	1.387.536	1.640.802	9.107.427
1 ano após o aviso	466.132	486.254	458.880	528.336	591.913	663.784	1.196.379	982.511	1.122.581	1.382.608	-	7.879.378
2 anos após o aviso	471.869	487.915	463.532	535.403	601.927	675.733	1.208.096	1.001.685	1.141.610	-	-	6.587.770
3 anos após o aviso	480.367	495.351	473.187	539.818	612.421	680.407	1.221.151	1.010.995	-	-	-	5.513.697
4 anos após o aviso	489.740	503.274	482.561	549.147	616.667	682.941	1.221.942	-	-	-	-	4.546.272
5 anos após o aviso	490.280	509.070	486.411	552.939	620.344	689.509	-	-	-	-	-	3.348.553
6 anos após o aviso	494.185	513.722	490.409	549.750	624.133	-	-	-	-	-	-	2.672.199
7 anos após o aviso	491.835	518.013	489.967	550.586	-	-	-	-	-	-	-	2.050.401
8 anos após o aviso	490.908	514.208	492.189	-	-	-	-	-	-	-	-	1.497.305
9 anos após o aviso	490.542	516.318	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.006.860
10+ anos após o aviso	490.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490.576
Estimativa na data-base (2025) (a)	490.576	516.318	492.189	550.586	624.133	689.509	1.221.942	1.010.995	1.141.610	1.382.608	1.640.802	9.761.268
Pagamentos efetuados (b)	478.325	497.114	475.310	538.356	601.053	672.320	1.208.450	986.152	1.119.888	1.354.310	1.339.768	9.271.046
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	12.251	19.204	16.879	12.230	23.080	17.189	13.492	24.843	21.722	28.298	301.034	490.222
<b>Sinistros pendentes fora da análise (*)</b>												<b>12.976</b>
<b>Sinistros a liquidar total</b>												<b>503.198</b>

(\*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.027.230	884.468	1.066.950	1.279.233	1.484.747	8.404.087
1 ano após o aviso	440.253	451.363	423.389	474.803	543.951	623.507	1.122.909	921.605	1.066.543	1.274.998	-	7.343.321
2 anos após o aviso	443.927	451.672	427.315	480.494	552.462	633.617	1.133.405	934.689	1.084.345	-	-	6.141.926
3 anos após o aviso	449.274	457.356	433.995	485.243	561.725	641.861	1.144.469	944.732	-	-	-	5.118.655
4 anos após o aviso	455.518	462.835	439.312	492.381	564.708	645.110	1.146.690	-	-	-	-	4.206.554
5 anos após o aviso	458.775	467.127	443.239	494.093	567.251	648.292	-	-	-	-	-	3.078.777
6 anos após o aviso	460.599	470.610	444.636	492.792	568.307	-	-	-	-	-	-	2.436.944
7 anos após o aviso	459.735	471.200	443.144	493.846	-	-	-	-	-	-	-	1.867.925
8 anos após o aviso	459.224	463.924	442.741	-	-	-	-	-	-	-	-	1.365.889
9 anos após o aviso	458.274	463.676	-	-	-	-	-	-	-	-	-	921.950
10+ anos após o aviso	457.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	457.707
Estimativa na data-base (2025) (a)	457.707	463.676	442.741	493.846	568.307	648.292	1.146.690	944.732	1.084.345	1.274.998	1.484.747	9.010.081
Pagamentos efetuados (b)	448.409	455.124	435.192	483.526	553.747	634.295	1.134.068	924.194	1.063.222	1.247.649	1.206.085	8.585.511
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	9.298	8.552	7.549	10.320	14.560	13.997	12.622	20.538	21.123	27.349	278.662	424.570
<b>Sinistros pendentes fora da análise (*)</b>												<b>8.873</b>
<b>Sinistros a liquidar total</b>												<b>433.443</b>

(\*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

**24. Garantia das provisões técnicas**

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Provisões técnicas – seguros e previdência complementar</b>	<b>52.951.161</b>	<b>54.046.985</b>
<b>Ajustes:</b>		
Depósito judicial	(5.583)	(5.972)
Direito creditório	(260.204)	(119.594)
Custos de aquisição diferidos (reduutores)(a)	(717.408)	(597.925)
Provisões técnicas – resseguros (reduutores)(b)	(130.601)	(113.778)
Redução ao valor recuperável	209	-
<b>Total a ser coberto</b>	<b>51.837.574</b>	<b>53.209.716</b>
<b>Ativos vinculados à cobertura de reservas</b>		
Debêntures	56.367	57.875
Letras Financeiras – LF	143.090	126.139
Certificados de Depósito Bancário – CDB	5.125	5.066
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.597	3.298
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	51.576.293	52.543.256
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	639.058	892.210
<b>Equivalente de caixa</b>	<b>10.483</b>	<b>23.149</b>
<b>Total de ativos vinculados</b>	<b>52.434.013</b>	<b>53.650.993</b>
<b>Ativos bloqueio judicial – não vinculado a cobertura de reserva</b>	<b>1.228</b>	<b>1.204</b>
<b>Total de aplicações (c)</b>	<b>52.435.241</b>	<b>53.652.197</b>
<b>Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva</b>	<b>596.439</b>	<b>441.277</b>

(a) Custos de aquisição diferidos: circulante R\$ 499.852 e não circulante R\$ 548.074, total R\$ 1.047.926 sendo redutores R\$ 717.408 e não redutores R\$ 330.518;

(b) Ativos de resseguro: circulante R\$ 130.428 e não circulante R\$ 63.633, total de R\$ 194.061 sendo redutores R\$ 130.460 e não redutores R\$ 63.460;

(c) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 163.271 menor que o valor contábil (R\$ 1.868 menor que o valor contábil em 31/12/2024) (nota 5.1.).

**25. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais**

**25.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial**

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 21 e 22). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1.048	155.591	155.591	959	139.046	139.046
Possível	3.873	496.126	-	3.320	437.094	-
Remota	14	3.685	-	21	5.220	-
<b>Total</b>	<b>4.935</b>	<b>655.402</b>	<b>155.591</b>	<b>4.300</b>	<b>581.360</b>	<b>139.046</b>

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
PSL judicial	139.046	81.392	(22.579)	(58.622)	16.354	155.591
<b>Total</b>	<b>139.046</b>	<b>81.392</b>	<b>(22.579)</b>	<b>(58.622)</b>	<b>16.354</b>	<b>155.591</b>

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
PSL judicial	138.477	66.834	(15.431)	(65.774)	14.940	139.046
<b>Total</b>	<b>138.477</b>	<b>66.834</b>	<b>(15.431)</b>	<b>(65.774)</b>	<b>14.940</b>	<b>139.046</b>

**25.2. Provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios**

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	108.494	11.210
Trabalhistas	1.976	1.696
Fiscais	9.510	9.172
<b>Total provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios</b>	<b>119.980</b>	<b>22.078</b>
Obrigações fiscais	211.644	197.777
<b>Total provisões judiciais</b>	<b>331.624</b>	<b>219.855</b>

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificadas no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

	Causas cíveis – não relacionadas a sinistros/benefícios			31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável (*)	490	108.494	108.494	446	11.210	11.210			
Possível	1.793	139.586	-	1.641	244.686	-			
Remota	9	5.333	-	13	4.888	-			
<b>Total</b>	<b>2.292</b>	<b>253.413</b>	<b>108.494</b>	<b>2.100</b>	<b>260.784</b>	<b>11.210</b>			

(\*) Vide nota explicativa 31.

	Causas trabalhistas			31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	12	1.976	1.976	20	1.696	1.696			
Possível	33	7.590	-	38	6.308	-			
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>9.566</b>	<b>1.976</b>	<b>58</b>	<b>8.004</b>	<b>1.696</b>			

	Causas fiscais			31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	12	9.510	20.502	14	9.172	12.604			
Possível	35	38.410	200.652	35	42.031	194.345			
Remota	1	-	-	2	262	-			
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>47.920</b>	<b>221.154</b>	<b>51</b>	<b>51.465</b>	<b>206.949</b>			

A seguir, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	11.210	109.810	(3.009)	(10.793)	1.276	108.494
Trabalhistas	1.696	1.147	(290)	(741)	164	1.976
Fiscais	9.172	-	(733)	(55)	1.126	9.510
<b>Total</b>	<b>22.078</b>	<b>110.957</b>	<b>(4.032)</b>	<b>(11.589)</b>	<b>2.566</b>	<b>119.980</b>

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	10.766	9.886	(2.826)	(8.556)	1.940	11.210
Trabalhistas	1.695	697	(442)	(418)	164	1.696
Fiscais	8.866	-	(535)	(20)	861	9.172
<b>Total</b>	<b>21.327</b>	<b>10.583</b>	<b>(3.803)</b>	<b>(8.994)</b>	<b>2.965</b>	<b>22.078</b>

**25.3. Provisões judiciais – Obrigações fiscais**

Na rubrica de "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01º de janeiro de 2025 a Companhia re

continuação



# ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

## 26.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- (a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,  
(b) No máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e  
(c) No máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Patrimônio líquido (a)</b>	<b>2.048.146</b>	<b>2.008.291</b>
<b>Ajustes contábeis (b)</b>	<b>(1.282.257)</b>	<b>(1.278.045)</b>
Participação coligadas e controladas	(471.806)	(456.614)
Despesas antecipadas	(5.343)	(5.668)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(33.236)	(69.024)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(137.509)	(140.808)
Ativos intangíveis	(463.847)	(468.717)
Obras de arte	(92)	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(170.424)	(137.122)
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)</b>	<b>371.883</b>	<b>424.743</b>
Diferença entre valor mercado e valor dos ativos mensurados ao custo amortizado	(98.718)	(72.516)

## 27. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	24.720	22.446	(1.128)	-	-	-	(56.199)	(44.396)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b) (*)	-	-	-	-	-	59.280	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controlada) (b) (*)	-	13.434	-	-	40.877	14.549	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	-	96	(37)	(52)	552	805	(658)	(411)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	-	-	(6)	-	20	36	(13)	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	-	3	-	-	-	3	(2)	-
Vanguardacap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	1.679	230	(1)	-	1	16	(3)	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.172	1.514	-	-	-	-	(3.066)	(3.421)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (e)	2.084	3.192	(7.828)	(7.790)	44.162	46.202	(97.927)	(102.276)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (f)	-	-	-	-	-	-	(4.865)	(4.559)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Seguridade S.A (Controlada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Correspondente Bancário (Controlada) (g)	-	-	-	-	-	-	(49.786)	(26.441)
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(2.074)	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Ligada) (h) (i)	1.055	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>30.711</b>	<b>40.915</b>	<b>(9.000)</b>	<b>(7.842)</b>	<b>85.612</b>	<b>120.891</b>	<b>(214.593)</b>	<b>(181.504)</b>

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;  
(b) Reembolsos de custos administrativos: rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas. Os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;  
(c) Valores referentes a taxa de gestão de instrumentos financeiros pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;  
(d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração aos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração e benefícios, de curto e longo prazo, pagos aos Administradores, registrada na rubrica "Despesas administrativas";  
(e) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguo com sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;  
(f) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários;  
(g) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;  
(h) Saldos em conta corrente; e  
(i) Despesas com tarifas bancárias e de arrecadação.

Ramos	Prêmio líquido de cosseguo cedido		Prêmio cedido resseguo		Seguro (-) resseguo prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	2.651.272	2.162.430	123.637	48.241	2.527.635	2.114.189	95,34%	97,77%	4,66%	2,23%
Prestamista	1.021.477	860.694	17.326	20.147	1.004.151	840.547	98,30%	97,66%	1,70%	2,34%
Acidentes pessoais	715.528	636.748	15.937	10.628	699.591	626.120	97,77%	98,33%	2,23%	1,67%
Vida individual	528.209	322.406	25.512	23.449	502.697	298.957	95,17%	92,73%	4,83%	7,27%
Rural	270.264	263.401	21.054	22.393	249.210	241.008	92,21%	91,50%	7,79%	8,50%
Outros	578	395	189	135	389	260	67,30%	65,82%	32,70%	34,18%
<b>Total</b>	<b>5.187.328</b>	<b>4.246.074</b>	<b>203.655</b>	<b>124.993</b>	<b>4.983.673</b>	<b>4.121.081</b>	<b>96,07%</b>	<b>97,06%</b>	<b>3,93%</b>	<b>2,94%</b>

Prêmio de resseguo por classe de resseguradoras:

	31/12/2025	31/12/2024
Resseguradora local	203.358	99.645
Resseguradora admitida	-	25.046
Resseguradora eventual	297	302
<b>Total</b>	<b>203.655</b>	<b>124.993</b>

## 29. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

### 29.1. Prêmios ganhos – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prêmios emitidos</b>	<b>5.286.740</b>	<b>4.290.353</b>
Prêmios emitidos direto	5.319.302	4.395.447
Prêmios cosseguo aceito a congêneres	9.614	10.320
Prêmios cosseguo cedido a congêneres	(131.974)	(149.373)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	89.798	33.959
<b>Contribuições para cobertura de riscos</b>	<b>16.809</b>	<b>16.916</b>
Receitas de contribuições planos de repartição simples	7.994	8.117
Receitas de contribuições planos de renda	9.246	8.846
Restituições	(431)	(47)
<b>Variação das provisões técnicas</b>	<b>(581.487)</b>	<b>(532.168)</b>
Variação das provisões técnicas	(581.487)	(532.168)
<b>Total</b>	<b>4.722.062</b>	<b>3.775.101</b>

### 29.2. Sinistros ocorridos – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações avisadas	(1.646.934)	(1.452.842)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(55.646)	(37.455)
Despesas com sinistros	(25.672)	(7.871)
Despesas com benefícios seguro vida individual (-) VGBL	(23.928)	(9.436)
Recuperação de indenizações	44.640	54.259
Outras despesas com sinistros	(27.722)	(14.481)
<b>Total</b>	<b>(1.735.262)</b>	<b>(1.467.826)</b>

### 29.3. Custo de aquisição – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(1.325.331)	(1.240.948)
Recuperação de comissões de cosseguo	38.110	39.684
Variação com despesas de comercialização diferida	250.451	229.416
Pró-labore sobre prêmios emitidos	(390.970)	(188.879)
Outras despesas de comercialização	(216.033)	(114.036)
<b>Total</b>	<b>(1.643.773)</b>	<b>(1.274.763)</b>

### 29.4. Outras despesas operacionais – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com cobranças	(17.865)	(15.203)
Provisão para contingências cíveis (*)	(100.257)	(256)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	6.000	583
Outras despesas resultado apólices (**)	(343.509)	(215.954)
Despesas com títulos de capitalização	(54.729)	(47.817)
Outras receitas operacionais	10.145	1.289
<b>Total</b>	<b>(500.214)</b>	<b>(277.358)</b>

(\*) Vide nota explicativa 31

(\*\*) A variação observada refere-se ao aumento do profitshare devido ao resultado positivo dos parceiros, influenciado pela variação dos prêmios ganhos e de sinistros para estes parceiros no exercício de 2025.

### 29.5. Resultado com operações de resseguros – seguros e previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de indenização – seguros	168.089	128.501
Recuperação de indenização de benefícios – previdência	1.659	(81)
Prêmio cedido em resseguo – seguros (*)	(203.655)	(124.993)
Prêmio cedido em resseguo – previdência	(862)	(751)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros	18.476	(2.949)
Variação das provisões técnicas – seguros	9.060	7.797
Variação das provisões técnicas – previdência	40	39
Outras receitas com resseguo	2.538	3.140
<b>Total</b>	<b>(4.655)</b>	<b>10.703</b>

(\*) Refere-se, basicamente, a um novo contrato de resseguo para atender a uma relevante parceria nova no centro oeste do país. Trata-se de uma operação de previdência fechada com uma empresa do Ga parte de risco feita pela Companhia.

### 29.6. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Rendas de contribuições e prêmios de VGBL</b>	<b>5.098.534</b>	<b>5.488.899</b>
Prêmios emitidos	3.242.744	3.689.021
Receitas de contribuições planos de renda	5.352	3.918
Receitas de contribuições planos de contribuição variável	1.855.104	1.797.225
Restituições	(4.666)	(1.265)
<b>Constituição da provisão de benefícios a conceder</b>	<b>(5.101.197)</b>	<b>(5.491.958)</b>
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.101.197)	(5.491.958)
<b>Total</b>	<b>(2.663)</b>	<b>(3.059)</b>

### 29.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2025	31/12/2024
PPNG – planos de repartição simples	28	13
PPNG – planos de repartição simples RVNE	7	3
PPNG – planos de renda	(7)	(21)
PVNG – planos de renda RVNE	9	3
PVR – planos de renda	(278)	(2.114)
Provisão com benefícios e resgates	(15.325)	8.643
Outras provisões	2.549	(10.849)
<b>Total</b>	<b>(13.017)</b>	<b>(4.322)</b>

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	470.601	497.259
<b>Subtotal PLA – nível</b>	<b>1.137.772</b>	<b>1.154.990</b>
PLA nível 1	536.050	543.054
PLA nível 2	470.601	497.259
PLA nível 3	131.122	114.677
<b>Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (e)</b>	<b>(164.948)</b>	<b>(229.976)</b>
<b>PLA (Total) = PL + aj. cont.+ aj. econ. + aj. do exc. de nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)</b>	<b>972.825</b>	<b>925.014</b>
<b>Capital base (CB) (a)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
Capital de risco de crédito	122.081	95.671
Capital de risco de subscrição	747.272	651.264
Capital de risco de mercado	53.755	55.269
Capital de risco – redução por correlação	(91.963)	(81.579)
Capital de risco – operacional	42.403	43.294
<b>Capital de risco (CR)(b)</b>	<b>873.548</b>	<b>763.919</b>
<b>Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)</b>	<b>873.548</b>	<b>763.919</b>
Patrimônio líquido ajustado - PLA	972.825	925.013
(-) Exigência de capital - CMR	(873.548)	(763.919)
<b>Suficiência de capital - RS</b>	<b>99.277</b>	<b>161.094</b>
<b>Suficiência de capital (% da EC)</b>	<b>111%</b>	<b>121%</b>

(\*) Para fins de reestruturação societária do Grupo econômico ao qual a Companhia faz parte a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia em 1º de janeiro de 2025.

## 28. Principais ramos de atuação – seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramos	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida em grupo	2.616.263	44,40%	31,13%	2.146.930	44,68%	30,68%
Prestamista	823.570	27,01%	42,27%	700.287	30,51%	40,75%
Acidentes pessoais	635.778	29,51%	38,37%	486.196	31,83%	36,95%
Vida individual	372.422	25,47%	40,76%	192.101	37,78%	38,51%
Rural	256.628	26,15%	33,31%	232.308	29,04%	33,13%
Outros	17.401	9,23%	0,34%	17.279	0,94%	0,21%
<b>Total</b>	<b>4.722.062</b>	<b>36,75%</b>	<b>34,81%</b>	<b>3.775.101</b>	<b>38,88%</b>	<b>33,77%</b>

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

### 29.8. Custo de aquisição – previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(45.094)	(54.312)
Despesas com pró-labore	(40.780)	(48.324)
Outras despesas de comercialização	(8.046)	(5.569)
<b>Total</b>	<b>(93.920)</b>	<b>(108.205)</b>

### 29.9. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(339.144)	(285.030)
Serviços de terceiros	(103.797)	(101.309)
Localização e funcionamento	(179.939)	(150.541)
Publicidade e propaganda	(73.039)	(52.891)
Publicações	(85)	(190)
Donativos e contribuições	(3.123)	(2.001)
Despesas administrativas diversas	2.258	(4.332)
<b>Total</b>	<b>(696.869)</b>	<b>(596.294)</b>

### 29.10. Despesas com tributos

continuação



**ICATU SEGUROS S.A.**  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores e Acionistas**

**Icatu Seguros S.A.**

**Opinião**

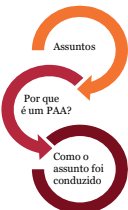
Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3.16, 3.17, 21 e 22)</b></p> <p>A Seguradora apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdências, registrados nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar", em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).</p> <p>O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios.</p> <p>Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora.</p> <p>Para a PMBaC testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o exercício; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP).</p> <p>Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas.</p> <p>Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.</p>

**Outros Assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes**

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP00160/F-5  
Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador CRC 1PR050377/O-6



**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Relativo ao Exercício Social Findo em 31 de Dezembro de 2025**

**Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S/A**

**INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas: Icatu Capitalização S/A, Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "demais empresas supervisionadas"), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, bem como de acordo com o Estatuto Social da Icatu Seguros S/A e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

**ATRIBUIÇÕES**

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração: (i) na qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas; (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) na atuação da auditoria interna; e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos, de conformidade e de controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras.

Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores contábil e atuarial independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, conformidade, controles internos e atuarial, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

**ATIVIDADES DO COMITÊ**

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que seus membros se reúnam ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compreenderam:

- Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Jurídico Contencioso, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos, Conformidade, Prevenção à Perdas e à Lavagem de Dinheiro, Auditoria Interna, Produtos e Ouvidoria;
- Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;

Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como sobre os controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos;

Ciência dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no primeiro semestre de 2025, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados, na forma da regulamentação em vigor;

Ciência dos relatórios emitidos pelas áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, na forma da regulamentação em vigor;

Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos;

Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos;

Reuniões realizadas com a Diretoria abordando aspectos sobre o negócio, resultado dos trabalhos da auditoria interna, cumprimento dos aspectos regulatórios, contingências, provisões atuariais, segurança da informação e apresentação e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras; e

Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões semestrais para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das referidas demonstrações financeiras.

Página de assinatura do *Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025*.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

**João Alceu Amoroso Lima**

Presidente do Comitê

**Laenio Pereira dos Santos**

Membro do Comitê

**Natal Julio De Luca**

Membro do Comitê

continua

continuação


**ICATU SEGUROS S.A.**  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**Parecer dos atuários independentes**

Aos Administradores e Acionistas da

Icatu Seguros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

**Escopo da Auditoria Atuarial**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Icatu Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia  
Atuário MIBA 1131  
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.  
CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0002-36  
Rua do Passeio, nº 38  
20021-290  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

**Anexo I**  
**Icatu Seguros S.A.**  
(Em milhares de Reais)

<b>1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores</b>	
	<b>31/12/2025</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>52.951.161</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>194.061</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>71.358</b>

<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	
	<b>31/12/2025</b>
<b>Provisões Técnicas auditadas (a)</b>	<b>52.951.161</b>
Valores redutores auditados (b)	1.113.587
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>51.837.574</b>

<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	
	<b>31/12/2025</b>
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	873.548
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>873.548</b>

<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	
	<b>31/12/2025</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	972.825
Ajustes Econômicos do PLA	371.883
Exigência de Capital (CMR) (b)	873.548
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>99.277</b>
Ativos Garantidores (d)	52.434.013
Total a ser Coberto (e)	51.837.574
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>596.439</b>

<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)</b>	
	<b>31/12/2025</b>
0980, 0990, 1380, 1390, 1329, 1383, 1384, 1391, 0977, 0982, 1061, 1065, 1198, 1381, 0929, 0984, 0987, 0993, 2293	10.000
Coberturas de morte e invalidez de previdência	1200